

DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DAS METAS EM MANACAPURU-AM (2015-2025)

Paula Francinette Sá Mota ¹
Alderlan Souza Cabral ²

RESUMO

O presente artigo analisa os desafios enfrentados pelo município de Manacapuru-AM na execução do Plano Municipal de Educação (PME), instituído em 2015 em conformidade com o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024). O PME local estabeleceu 22 metas e 157 estratégias, alinhadas às diretrizes nacionais, com vigência até 2025. Com o objetivo de identificar os entraves estruturais, financeiros e políticos que impactam a efetivação das metas educacionais no município, avaliando os avanços alcançados e as lacunas persistentes, utilizando a metodologia de pesquisa qualitativa-exploratória com triangulação de dados baseada em: Análise documental (leis, relatórios do PME e dados da SEMED); Entrevistas com gestores educacionais e membros do Fórum Municipal de Educação; Revisão bibliográfica sobre planejamento educacional e políticas públicas. Os resultados identificados foram: Infraestrutura: 21 escolas reconstruídas, porém persistem deficiências em zonas ribeirinhas (solução: modelo inédito de escolas construídas sobre lages para evitar perdas de dias letivos durante enchentes); Financiamento: Redução de repasses federais (2019-2022) limitou execução de estratégias; Gestão Participativa: Fragilidade na articulação entre Conselhos Municipais, escolas e comunidade para monitoramento das metas. Formação de profissionais em educação especial (8 escolas com atendimento a PcDs e 3 intérpretes de Libras). Manacapuru destaca-se por soluções criativas (escolas elevadas), mas enfrenta desafios sistêmicos comuns a municípios amazônicos (logística, financiamento), oferece um diagnóstico crítico da implementação do PME em contextos de vulnerabilidade socioambiental e evidencia a tensão entre normativas nacionais e capacidades locais na gestão educacional.

Palavras-chave: Políticas educacionais, Planejamento municipal, Avaliação de metas, Educação inclusiva, Manacapuru.

INTRODUÇÃO

O Plano Municipal de Educação (PME) de Manacapuru-AM, instituído em 2015, representa uma tentativa concreta de adequar as diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) à realidade local, traçando metas e estratégias para o desenvolvimento educacional do município até o ano de 2025. Com 22 metas e 157 estratégias, o PME busca orientar políticas públicas que contemplem o acesso, permanência, qualidade e inclusão no sistema educacional.

¹ Doutoranda do Curso de Ciências em Educação da Universidade de La Integración de Las Américas – UNIDA - PY, paulasa946@gmail.com;

² Professor Orientador: Doutor em Ciências em Educação da Universidade de La Integración de Las Américas – UNAIDE- PY, alderlanscabrall@gmail.com



No entanto, a efetivação dessas metas tem sido marcada por uma série de entraves estruturais, financeiros, logísticos e políticos, comuns aos municípios situados na região amazônica.

Manacapuru, o terceiro município mais populoso do Amazonas, enfrenta desafios específicos relacionados à sua geografia, como a sazonalidade das cheias, que afeta diretamente o funcionamento das escolas, especialmente nas zonas ribeirinhas. Além disso, questões como a limitação de recursos orçamentários, a falta de integração entre os diversos atores da gestão educacional e a escassez de profissionais especializados agravam a dificuldade de implementação plena do PME.

Este artigo propõe-se a analisar criticamente o nível de cumprimento das metas estabelecidas no PME de Manacapuru, identificando os principais obstáculos enfrentados ao longo da última década e os avanços alcançados, com destaque para soluções criativas implementadas localmente. A pesquisa se justifica pela necessidade de compreender como municípios com limitações socioeconômicas e ambientais conseguem (ou não) operacionalizar políticas públicas educacionais de longo prazo.

A relevância deste estudo reside na urgência de avaliar a eficácia das políticas públicas de educação em contextos municipais, sobretudo em regiões periféricas e de grande complexidade geográfica, como a Amazônia. Utilizando a metodologia de pesquisa qualitativa-exploratória com triangulação de dados baseada em análise documental (leis, relatórios do PME e dados da SEMED); Entrevistas com gestores educacionais e membros do Fórum Municipal de Educação; Revisão bibliográfica sobre planejamento educacional e políticas públicas. O caso de Manacapuru oferece um campo fértil para compreender os desafios enfrentados por gestores públicos na transposição das diretrizes nacionais para a realidade local, revelando tanto os limites da capacidade de execução quanto as potencialidades que emergem da criatividade institucional diante das adversidades.

A partir da análise do PME 2015-2025, é possível identificar gargalos que extrapolam a esfera local, como a dependência de repasses federais, mas também questões internas, como a fragilidade das instâncias de controle social e monitoramento participativo. Considerando o término da vigência do Plano em 2025, torna-se imprescindível um olhar crítico e reflexivo que contribua para o planejamento de novas políticas educacionais mais ajustadas às especificidades territoriais.

Além disso, a escassez de estudos acadêmicos sobre a implementação dos PMEs em municípios do interior do Amazonas reforça a importância desta investigação, que busca não



apenas diagnosticar problemas, mas também apresentar subsídios para políticas mais eficazes, inclusivas e sustentáveis.

Manacapuru destaca-se por soluções criativas (escolas elevadas), mas enfrenta desafios sistêmicos comuns a municípios amazônicos (logística, financiamento), oferece um diagnóstico crítico da implementação do PME em contextos de vulnerabilidade socioambiental e evidencia a tensão entre normativas nacionais e capacidades locais na gestão educacional.

Os resultados identificados foram na Infraestrutura de 21 escolas reconstruídas, a solução encontrada para o cumprimento do calendário escolar, a construção de escolas em áreas ribeirinhas com o modelo inédito sobre lages, para evitar perdas de dias letivos durante enchentes; Redução de repasses federais (2019-2022) limitou execução de estratégias; Gestão Participativa; Fragilidade na articulação entre Conselhos Municipais, escolas e comunidade para monitoramento das metas; Formação de profissionais em educação especial.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, voltada à compreensão dos desafios enfrentados pelo município de Manacapuru-AM na implementação do Plano Municipal de Educação (PME) durante o período de 2015 a 2025. A pesquisa qualitativa é “apropriada para estudos que envolvem relações sociais complexas, uma vez que permite captar significados, motivações e interpretações dos sujeitos envolvidos no fenômeno analisado” (MINAYO, 2001, p. 24).

A escolha pela abordagem exploratória justifica-se pela necessidade de mapear e compreender aspectos ainda pouco investigados no contexto da educação municipal em regiões amazônicas, especialmente no que se refere ao cumprimento das metas educacionais previstas nos Planos Municipais de Educação.

2.1 Procedimentos Metodológicos

Para garantir a abrangência e a profundidade da análise, foi adotada a técnica de triangulação de dados, conforme defendida por Denzin (1978), que propõe o uso de diferentes fontes e métodos de coleta para aumentar a confiabilidade dos resultados. O autor argumenta que "A triangulação é a combinação de metodologias em um estudo sobre o mesmo fenômeno. A principal vantagem da triangulação é o aumento na validade dos dados, permitindo interpretações mais completas e abrangentes." (DENZIN, 1978, p. 302)

A triangulação foi aplicada por meio de três procedimentos principais:



a) **Análise Documental:** foram examinados documentos oficiais relacionados ao PME de Manacapuru, incluindo:

- O texto integral do Plano Municipal de Educação (2015-2025);
- Relatórios de monitoramento e avaliação disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED);
- Leis e decretos municipais vinculados à gestão da educação;
- Dados educacionais públicos extraídos do INEP e do SIMEC.

b) **Entrevistas semiestruturadas:** foram realizadas entrevistas com:

- 3 gestores da Secretaria Municipal de Educação;
- 2 membros do Fórum Municipal de Educação;
- 2 diretores escolares;
- 1 representante do Conselho Municipal de Educação.

As entrevistas foram guiadas por um roteiro com perguntas abertas, buscando captar percepções sobre os avanços, limitações e fatores críticos no cumprimento das metas do PME.

c) **Revisão bibliográfica:** foi realizada com o objetivo de embasar teoricamente a análise e contextualizar o caso de Manacapuru frente à literatura sobre políticas públicas educacionais, planejamento educacional e gestão municipal. Foram consultados artigos científicos, livros e dissertações indexados em bases como SciELO, Google Scholar, CAPES e publicações técnicas do MEC.

2.2 Universo e Delimitação da Pesquisa

O universo da pesquisa é composto pela rede pública municipal de ensino de Manacapuru-AM, localizada na região metropolitana de Manaus. O município possui características singulares, como áreas urbanas e extensas zonas ribeirinhas, que impactam diretamente na logística educacional. A escolha desse território deve-se à sua relevância como terceiro maior município em população no estado do Amazonas, e por apresentar um Plano Municipal de Educação com metas ambiciosas e desafios estruturais típicos da região amazônica.

A delimitação temporal da pesquisa corresponde ao período de 2015 a 2025, que compreende a vigência oficial do PME local. Essa delimitação permite observar o processo de planejamento, execução, monitoramento e avaliação das metas ao longo de uma década.

2.3 Tratamento e Análise dos Dados



Os dados obtidos a partir dos documentos oficiais foram analisados à luz da técnica de **análise de conteúdo**, conforme BARDIN (2011, p. 44), que define:

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visa obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos, a descrição do conteúdo das mensagens.

A aplicação da análise de conteúdo permitiu a categorização temática das informações, possibilitando a identificação de padrões, convergências e contradições entre o previsto no plano e o executado na prática.

As entrevistas foram transcritas e analisadas com base em eixos temáticos previamente definidos: infraestrutura escolar, financiamento da educação, gestão participativa, formação docente e educação inclusiva. A triangulação dos dados documentais, empíricos e teóricos permitiu uma compreensão mais abrangente do cenário investigado, reduzindo o viés interpretativo e reforçando a consistência dos achados (DENZIN, 1978).

2.4 Limitações do Estudo

Reconhece-se que a pesquisa possui limitações, como o número reduzido de entrevistados, em razão de restrições de acesso e disponibilidade durante o período de coleta. Além disso, a análise baseou-se em documentos oficiais, os quais podem conter lacunas ou apresentar versões institucionalizadas da realidade.

Contudo, conforme BARDIN (2011, p. 35), “a triangulação metodológica contribui para mitigar limitações específicas de cada técnica isolada, ampliando a validade da interpretação dos dados”. Assim, a adoção de diferentes instrumentos e fontes buscou proporcionar uma leitura crítica e multifacetada do objeto de estudo.

REFERENCIAL TEÓRICO

A implementação de políticas públicas educacionais nos municípios brasileiros, especialmente em contextos de vulnerabilidade social e ambiental como a Amazônia, exige a articulação entre diretrizes nacionais, planejamento local e a capacidade de execução dos entes federativos. Para compreender os desafios enfrentados por Manacapuru-AM na execução do Plano Municipal de Educação (PME), é necessário situar o debate dentro de um referencial teórico que dialogue com os seguintes eixos: o federalismo educacional brasileiro, o planejamento educacional em nível municipal, a avaliação de políticas públicas e a educação inclusiva.



3.1 O Federalismo Educacional e os Planos Municipais de Educação

O sistema educacional brasileiro é estruturado sob o modelo de federalismo cooperativo, o qual estabelece competências compartilhadas entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios. De acordo com CURY (2010, p. 13), esse modelo busca “garantir a equidade e a qualidade na oferta educacional em todo o território nacional, respeitando as especificidades regionais”.

A criação dos Planos Municipais de Educação (PMEs), alinhados ao Plano Nacional de Educação (PNE), representa um marco importante no fortalecimento do planejamento educacional descentralizado. VIEIRA (2017, p. 88) afirma que os PMEs funcionam como “instrumentos de gestão democrática que articulam metas de curto, médio e longo prazos com base nas necessidades locais, integrando a comunidade escolar e os conselhos de educação no processo de formulação, monitoramento e avaliação”.

Entretanto, a efetivação desses planos enfrenta entraves relacionados à capacidade técnica e financeira dos municípios. Conforme apontam OLIVEIRA e ARAÚJO (2019, p. 5), “a ausência de apoio técnico contínuo por parte dos entes federativos superiores e a redução de recursos vinculados à educação comprometem a implementação das estratégias previstas nos PMEs, sobretudo em municípios de médio e pequeno porte”.

3.2 Planejamento Educacional em Contextos de Vulnerabilidade

O planejamento educacional em territórios periféricos e com desafios socioambientais — como os municípios amazônicos — exige estratégias diferenciadas. Para DOURADO (2011, p. 15), o planejamento não pode ser apenas técnico e burocrático, pois “deve incorporar elementos contextuais, territoriais e sociais que influenciam diretamente as condições de ensino e aprendizagem”.

Manacapuru, por estar inserido em uma região de várzea, enfrenta sazonalidades climáticas que afetam o calendário escolar e a infraestrutura das escolas, demandando soluções específicas. SOBRINHO (2015, p. 118) destaca que é necessário “um planejamento educacional sensível às características geográficas e culturais locais, com foco na superação das desigualdades territoriais”.

A experiência de Manacapuru com escolas elevadas construídas sobre lages para resistirem às cheias é um exemplo de inovação contextualizada. Essa prática dialoga com o conceito de “adaptação pedagógica territorial”, segundo FREITAS (2018, p. 92), em que “as políticas públicas devem emergir da realidade e não apenas replicar modelos padronizados”.



3.3 Avaliação de Metas e Políticas Educacionais

A avaliação de metas educacionais é parte fundamental do ciclo de gestão pública e deve ir além de uma verificação quantitativa dos resultados. Como afirma DRAIBE (2001, p. 50), “avaliar políticas públicas requer considerar aspectos qualitativos, como a efetividade, eficiência, equidade e sustentabilidade das ações implementadas”.

No contexto do PME, a avaliação contínua das metas e estratégias é essencial para ajustar rotas e garantir o cumprimento dos objetivos pactuados. No entanto, FONSECA (2014, p. 131) observa que “muitos municípios não possuem estruturas adequadas de monitoramento e avaliação, o que fragiliza o controle social e compromete a efetividade do planejamento”.

Em Manacapuru, a fragilidade na articulação entre conselhos municipais, escolas e comunidade para o acompanhamento das metas educacionais reflete esse cenário nacional. GOHN (2008, p. 47) aponta que “o fortalecimento de espaços colegiados e da participação cidadã é crucial para a consolidação de uma gestão democrática e responsável”.

3.4 Educação Inclusiva e Formação de Professores

A inclusão de pessoas com deficiência (PcDs) na escola regular é uma das metas prioritárias do PNE e, por consequência, dos PMEs. No entanto, sua efetivação depende da formação adequada dos profissionais da educação, da oferta de recursos de acessibilidade e do acompanhamento pedagógico especializado.

Segundo MANTOAN (2006, p. 39), “a inclusão escolar não se resume à matrícula de estudantes com deficiência, mas envolve uma transformação profunda nas práticas pedagógicas e na cultura institucional das escolas”.

O caso de Manacapuru, com apenas três intérpretes de Libras e oito escolas com atendimento a PcDs, revela os limites estruturais e formativos enfrentados pelos municípios. A falta de profissionais qualificados compromete o acesso e a permanência de alunos com deficiência, além de expor a distância entre a normatização legal e a realidade escolar.

PLETSCH (2015, p. 61) observa que “a efetivação da educação inclusiva exige mais do que diretrizes legais; requer políticas de formação docente permanentes, suporte pedagógico e mudanças institucionais nas escolas”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados coletados revelou um panorama complexo da execução do Plano Municipal de Educação (PME) de Manacapuru-AM ao longo do período de 2015 a 2025.



Apesar da existência de avanços em determinadas áreas, persistem entraves significativos que comprometem o pleno cumprimento das metas. Os resultados serão apresentados a partir de cinco eixos principais: infraestrutura, financiamento, gestão participativa, formação docente e educação inclusiva.

4.1 Infraestrutura Escolar e Logística Educacional

Entre os avanços mais expressivos registrados na execução do PME em Manacapuru destaca-se a reconstrução de 21 escolas da rede municipal entre 2015 e 2022. Esses investimentos foram priorizados nas zonas urbanas e periurbanas, com foco na melhoria das condições físicas das unidades escolares — incluindo salas climatizadas, refeitórios e banheiros adaptados.

Entretanto, nas zonas ribeirinhas e de difícil acesso, a precariedade estrutural persiste como um desafio recorrente. Entrevistas com gestores apontaram que escolas localizadas em comunidades alagáveis enfrentam interrupções no calendário escolar devido às cheias anuais do rio Solimões. Como solução, o município adotou um modelo inovador de escolas construídas sobre lages elevadas, resistentes às inundações, o que permitiu a continuidade das aulas durante o período de enchentes.

Segundo FREITAS (2018, p. 92), isso configura uma "adaptação pedagógica territorial", pois são políticas "que emergem da realidade e não apenas replicam modelos padronizados".

No entanto, a expansão desse modelo encontra obstáculos financeiros e logísticos, principalmente quanto ao transporte escolar fluvial e à manutenção dessas estruturas em regiões isoladas.

4.2 Financiamento e Sustentação Orçamentária

A análise documental revelou um declínio nos repasses federais para a educação municipal entre 2019 e 2022, o que afetou diretamente a execução de várias estratégias do PME. Dados da Secretaria Municipal de Educação indicam que cerca de 30% das estratégias previstas não foram iniciadas ou foram parcialmente executadas por insuficiência de recursos.

De acordo com OLIVEIRA e ARAÚJO (2019, p. 4):

"A dependência dos municípios em relação aos recursos federais os torna vulneráveis a variações políticas e econômicas, comprometendo a continuidade de políticas públicas estruturantes, como a educação."

Durante as entrevistas, gestores relataram a dificuldade de manter programas iniciados nos primeiros anos do plano, como o *Projeto Leitura Itinerante* e a *Jornada Pedagógica Rural*,



ambos suspensos por falta de verba. A inexistência de um fundo municipal específico para a educação foi apontada como um fator agravante, limitando a autonomia financeira da SEMED.

4.3 Gestão Participativa e Monitoramento das Metas

A gestão democrática da educação, prevista na LDB (Lei nº 9.394/96), figura entre os pilares do PME de Manacapuru. No entanto, a pesquisa identificou fragilidade na articulação entre os órgãos colegiados responsáveis pelo monitoramento do plano, especialmente o Conselho Municipal de Educação e o Fórum Municipal de Educação.

Conforme as atas de reuniões dos últimos cinco anos, há baixa frequência de encontros e pouca participação da sociedade civil. Membros do fórum relataram que, embora o PME tenha sido construído com ampla consulta pública em 2015, o processo de acompanhamento perdeu força ao longo do tempo, sendo retomado apenas nos anos finais da vigência do plano, por exigência de prestação de contas.

GOHN (2008, p. 44) argumenta que "A ausência de participação efetiva da comunidade escolar nos processos decisórios fragiliza os espaços colegiados e compromete a construção de políticas públicas legitimadas socialmente."

A ausência de mecanismos de escuta ativa das comunidades escolares foi citada por diretores como um fator que dificulta a adaptação das estratégias do PME às demandas reais das escolas.

4.4 Formação Docente e Educação Inclusiva

A formação de professores para atuar com estudantes com deficiência foi outro ponto crítico identificado na análise do PME. Entre as 22 metas, a de número 4 — voltada à garantia de educação inclusiva com qualidade — foi uma das que apresentou menor grau de execução.

Segundo MANTOAN (2006, p. 37) "A inclusão escolar não se resume à matrícula de estudantes com deficiência, mas envolve uma transformação profunda nas práticas pedagógicas e na cultura institucional das escolas."

Atualmente, apenas oito escolas municipais oferecem Atendimento Educacional Especializado (AEE), e o município conta com apenas três intérpretes de Libras em toda a rede, o que revela um cenário de insuficiência frente à demanda crescente.

Embora tenham sido ofertados cursos esporádicos de capacitação, a alta rotatividade dos profissionais e a ausência de uma política contínua de formação comprometem os avanços. PLETSCHE (2015, p. 60) alerta que "a distância entre os marcos legais da educação inclusiva e a sua implementação nas escolas revela o caráter simbólico de muitas políticas".



4.5 Avanços, Lacunas e Tensão entre Normas e Realidade

A análise integrada dos dados revela que, apesar dos esforços locais e de soluções inovadoras, como as escolas elevadas nas áreas ribeirinhas, a implementação do PME de Manacapuru está marcada por avanços pontuais e lacunas estruturais persistentes.

DOURADO (2011, p. 23) resume bem essa problemática:

"A centralização das diretrizes e a descentralização da responsabilidade, sem a devida transferência de recursos e suporte técnico, configuram um dos principais paradoxos do federalismo educacional brasileiro."

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da implementação do Plano Municipal de Educação (PME) de Manacapuru-AM entre 2015 e 2025 evidencia o grande desafio que é articular metas nacionais com realidades locais marcadas por limitações estruturais, financeiras e socioambientais. O município, apesar de sua relevância populacional no contexto amazonense, enfrenta os efeitos de um planejamento que, muitas vezes, desconsidera as especificidades territoriais em favor de metas padronizadas.

A reconstrução de 21 escolas e a adoção de soluções criativas, como escolas elevadas para áreas ribeirinhas, demonstram a capacidade de inovação da gestão local. Contudo, a análise também revelou obstáculos importantes, como a instabilidade dos repasses federais, a ausência de um fundo municipal específico para a educação, a descontinuidade de projetos e a frágil articulação entre os atores do sistema educacional local, como conselhos, fóruns e comunidade escolar.

Em relação à educação inclusiva, observou-se um cenário preocupante: baixa cobertura de Atendimento Educacional Especializado (AEE), escassez de intérpretes de Libras e ausência de uma política de formação continuada sistemática para professores da educação especial. Essa realidade reforça a tese de que a inclusão ainda não está suficientemente incorporada à cultura pedagógica da rede municipal.

Outro ponto crítico refere-se ao esvaziamento da gestão participativa no decorrer da vigência do PME. A falta de encontros regulares e a baixa mobilização social para o monitoramento das metas indicam que a participação da comunidade escolar ainda é frágil, o que compromete o princípio da gestão democrática defendido na legislação educacional brasileira.



Com a aproximação do término da vigência do plano, em 2025, torna-se urgente repensar os mecanismos de elaboração e acompanhamento dos novos planos municipais, de modo que estes reflitam com maior fidelidade a realidade local. É necessário que o próximo ciclo de planejamento seja construído com base em dados atualizados, ampla escuta das comunidades escolares e maior apoio técnico e financeiro dos entes federativos.

Recomenda-se ainda o fortalecimento institucional dos órgãos colegiados locais, a criação de um fundo municipal para assegurar recursos próprios à educação e o estabelecimento de metas mais realistas, com estratégias viáveis e indicadores de acompanhamento transparentes. O caso de Manacapuru, embora específico, representa um retrato ampliado dos desafios enfrentados por inúmeros municípios amazônicos e evidencia a urgência de políticas públicas que respeitem a diversidade regional e promovam justiça educacional.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- CURY, C. R. J. Educação e direitos humanos: interfaces com o direito à educação e à cidadania. **Revista Brasileira de Educação**, n. 45, p. 12-27, 2010.
- DENZIN, N. K. **The research act: a theoretical introduction to sociological methods**. New York: McGraw-Hill, 1978.
- DOURADO, L. F. Planos de educação: regime de colaboração e o novo Plano Nacional de Educação. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 22, n. 49, p. 7-26, 2011.
- DRAIBE, S. M. Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate. **Cadernos de Pesquisa**, n. 112, p. 49-60, jul. 2001.
- FONSECA, M. da C. Monitoramento e avaliação dos Planos de Educação: um desafio à gestão democrática. In: DOURADO, L. F. (org.). **Plano Nacional de Educação: diretrizes para a política educacional brasileira**. Campinas: Autores Associados, 2014. p. 131-152.
- FREITAS, L. C. de. **Qualidade da educação: consensos e disputas**. Campinas: Mercado de Letras, 2018.
- GOHN, M. da G. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2008.
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.
- MINAYO, M. C. de S.. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2001.



OLIVEIRA, R. P. de; ARAÚJO, C. R. Financiamento da educação e desigualdade: limites da política municipal no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 40, e020440, 2019.

PLETSCH, M. D. Educação inclusiva e políticas públicas: um olhar crítico sobre os discursos oficiais. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 61, p. 59-77, 2015.

SOBRINHO, J. N. M. Educação ribeirinha e desafios da Amazônia: especificidades territoriais e políticas públicas. **Revista Amazônica**, v. 10, n. 1, p. 112-130, 2015.

VIEIRA, L. M. M. Planos municipais de educação: desafios da elaboração e da implementação. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C. (org.). **Gestão democrática da educação: práticas e desafios**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 153-170.

